

**A REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA NA TELA DO CINEMA:  
cultura política e sociedade civil no filme *Céu Aberto* (1985), de João Batista de  
Andrade**

Rodrigo Francisco Dias<sup>1</sup>

**Grupo de Trabalho 3:** Estado e Sociedade Civil nos processos de Transições Políticas no contexto da Mundialização

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é pensar o processo da redemocratização brasileira que deu fim à Ditadura Militar (1964-1985). O nosso objeto de estudo é o documentário *Céu Aberto* (1985), de João Batista de Andrade. Por meio deste filme, que é um instigante documento histórico sobre aquele período, faremos uma reflexão sobre a transição política que restabeleceu no nosso país o regime democrático. Uma análise filmica da referida obra nos permite uma problematização do processo da redemocratização brasileira. Neste trabalho serão pensados temas ligados à “cultura política” do nosso país, tais como os problemas da “conciliação nacional”, da “cordialidade” dos brasileiros e dos projetos políticos em disputa naquele momento. Acreditamos que, por meio das imagens de *Céu Aberto*, será possível não só pensar as relações entre História e Cinema, mas também a complexidade daquele contexto histórico, quando o país voltou ao regime democrático sob o prisma do neoliberalismo.

A representação da História por meio do Cinema é um problema sobre o qual os historiadores têm se debruçado nas últimas décadas. A partir de vários estudos já realizados ficou cada vez mais claro que a sétima arte pode ser um interessante documento para a pesquisa histórica. O cineasta é um sujeito histórico incomodado com as questões e os dilemas do seu tempo, sua arte nos permite analisar as sensibilidades, os desejos, as esperanças e as angústias da sua época.

Quando se pensa a relação entre o processo de redemocratização brasileira que deu fim à Ditadura Militar (1964-1985) e o filme *Céu Aberto*, do cineasta brasileiro João Batista de Andrade<sup>2</sup>, a situação não é diferente. De fato, por meio da análise filmica do referido documentário, é possível refletir sobre alguns temas em discussão naquele momento histórico, tais como a “conciliação nacional”, a “cordialidade” dos brasileiros e os projetos políticos em disputa na transição política para a democracia. Esses temas estão intimamente ligados à questão da nossa “cultura política” e nos possibilitam pensar sobre as relações de poder vigentes na nossa sociedade e a participação política da sociedade civil dentro do recente processo histórico brasileiro.

O filme *Céu Aberto* foi filmado no calor dos acontecimentos, a partir do processo de eleição, doença e morte de Tancredo Neves. De fato, o político mineiro, primeiro civil eleito para o cargo de Presidente da República após mais de vinte anos, é

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista da FAPEMIG e integrante do NEHAC – Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura. E-mail: [dias.rodrigof@gmail.com](mailto:dias.rodrigof@gmail.com)

<sup>2</sup> Sobre a trajetória de João Batista de Andrade, ver nossos apontamentos em: DIAS, Rodrigo Francisco João Batista de Andrade: a trajetória de um cineasta brasileiro ao longo da história recente do Brasil. In: *História e-História*, Campinas, Seção Dos Alunos, não paginado, 3 mar. 2011. ISSN: 1807-1783. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=358>>. Acesso em: 27 maio 2012. É interessante também consultar o trabalho de Alcides Freire Ramos: RAMOS, Alcides Freire. História e Cinema: Reflexões em Torno da Trajetória do Cineasta João Batista de Andrade durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). *Fênix* – Revista de História e Estudos Culturais, Uberlândia, v. 5, ano 5, n. 1, f. 1-20, jan./fev./mar. 2008. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br>>. Acesso em: 27 maio 2012. O que merece ser destacado nestes trabalhos é a atuação política e artística de João Batista de Andrade, especialmente durante a Ditadura Militar Brasileira, no campo das esquerdas políticas do país.

a figura central do filme. Boa parte dos depoimentos presentes na obra diz respeito a Tancredo Neves e sua trajetória política. Foi a partir de Tancredo que o cineasta Batista de Andrade fez em **Céu Aberto** uma reflexão crítica sobre a transição política para o regime democrático. Por meio das imagens deste documentário o historiador pode refletir sobre o período da redemocratização.

Tancredo de Almeida Neves<sup>3</sup> exerceu ao longo de sua vida vários cargos políticos e atuou dentro da política brasileira durante a segunda metade do século XX de forma bastante ativa (Cf. DELGADO; SILVA, 1985, p. 18). Tancredo Neves atuou não só na política de sua cidade natal, mas também na política nacional, de modo que sua figura passou a ser exaltada dentro do senso comum de parte considerável da sociedade brasileira. O principal elemento dessa exaltação a Tancredo Neves está relacionado ao caráter *conciliador* do político são-joanense.

Os traços dessa imagem de *conciliador* foram definidos a partir do posicionamento político e ideológico assumido por Tancredo em vários momentos de sua carreira política. A postura política de Tancredo orientou-se pela busca da conciliação de interesses divergentes, fugindo à violência e às soluções radicais (Cf. Ibid., p. 25). De fato, em várias de suas próprias falas, o político mineiro sempre procurou confirmar essa postura. Segundo o próprio Tancredo Neves, o mineiro é “um homem de coração, da contemporização e da conciliação” (Ibid., p. 112), ou seja, na condição de indivíduo nascido e criado em Minas Gerais, Tancredo Neves se via como representante de um suposto caráter *conciliatório* dos mineiros, um caráter que, de acordo com o próprio político, sempre fez dos mineiros um povo contrário a qualquer forma de radicalismo e violência (Cf. Ibid., p. 103-104).

Se retomarmos alguns momentos de sua trajetória política, podemos verificar que o político se mostrou extremamente hábil em lidar com várias correntes políticas, tal como ocorreu, por exemplo, durante o processo de abertura política iniciado ao fim dos anos 1970. Em 1977, por exemplo, Tancredo defendeu a “reconciliação nacional”, a “anistia plena” e a “revogação dos atos institucionais” (Ibid., p. 58) para que o país pudesse caminhar com passos firmes rumo à democracia. Quando foi eleito presidente da República, em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves disse as seguintes palavras em seu discurso: “Venho em nome da conciliação. Não podemos, neste fim de século e de milênio, quando, crescendo em seu poder, o homem cresce em suas ambições e em suas angústias, permanecer divididos dentro de nossas fronteiras” (Ibid., p. 292). No contexto da redemocratização, a proposta de conciliação nacional feita por Tancredo Neves fundava-se na necessidade de estabelecer um pacto social no Brasil em torno de um objetivo comum, que era o de trazer a democracia de volta ao país (Cf. Ibid., p. 39).

É preciso dizer que o caráter *conciliador* de Tancredo, bem como a chamada *conciliação nacional* liderada por ele no processo de redemocratização do Brasil, é representativo de uma longa e antiga tradição na política brasileira que é exatamente a busca pela conciliação, principalmente entre as elites, durante momentos conturbados de nossa história. José Honório Rodrigues, no seu clássico trabalho **Conciliação e Reforma no Brasil**, afirma que “História cruenta e incruenta se alternam no processo histórico brasileiro, embora seja correto e justo afirmar que os exemplos de conciliação

---

<sup>3</sup> Sobre a trajetória política de Tancredo Neves, ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; SILVA, Vera Alice Cardoso. **Tancredo Neves**: a trajetória de um liberal. 2. ed. Prefácio por José Henrique Santos. Petrópolis / Belo Horizonte: Vozes / UFMG, 1985. 298p. É interessante também consultar o verbete **Tancredo Neves**, disponível no acervo eletrônico do CPDOC: RAMOS, Plínio de Abreu; CAMPOS, Patrícia. Tancredo Neves [Verbetes]. CPDOC. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 27 maio 2012.

predominam” (RODRIGUES, 1965, p. 59). Em outras palavras, para Rodrigues, apesar de conflitos violentos serem verificáveis em nossa história, o processo histórico brasileiro é marcado por uma tendência a soluções “pacíficas”. Mas que “conciliação” é essa da qual nos fala José Honório Rodrigues? Segundo o próprio autor,

A conciliação, que domina essencialmente toda a política brasileira no século XIX, não a pessoal-partidária, que sofre zigue-zagues variáveis, mas a que acomoda para salvar o essencial, defendendo a grande propriedade e a escravidão, não quer reformas sociais e econômicas. (Ibid., p. 60)

Como se vê, trata-se de uma conciliação entre os membros das elites. De fato, desde meados do século XIX, com figuras como o Visconde de Paraná e o Duque de Caxias, as elites brasileiras tendem a se conciliarem em prol de um objetivo comum: evitar reformas sociais e econômicas. As elites brasileiras geralmente aceitam apenas reformas jurídicas, políticas e eleitorais, mas nunca sociais e econômicas. A história do Brasil viu a sucessão de diversos regimes políticos, da monarquia à república democrática, passando por governos ditatoriais, bem como a sucessão de diversas Constituições. Mas nunca se viu aqui uma mudança profunda em nossa estrutura social e econômica, continuamos vivenciando a desigualdade social, fundada na concentração de renda por parte de uma minoria.

Tendo como objetivo evitar reformas mais profundas na sociedade brasileira, segundo José Honório Rodrigues, “As minorias dominantes no Brasil, para evitar as convulsões sangrentas, sempre prometeram reformas, especialmente nas crises, e quando o povo se continha e elas se tornavam senhoras da situação, descumpriam as promessas” (Ibid., p. 66). Posto isso, as promessas de atendimento das demandas dos amplos setores da sociedade civil sempre foram uma estratégia de *apaziguar* o povo e manter o poder nas mãos de uma minoria.

No que diz respeito a essa estratégia política de apaziguar as camadas populares, no intuito de concentrar o poder político nas mãos das elites políticas, o próprio Tancredo Neves

Sempre julgou ser a política a instância eficaz para a solução de problemas econômicos e sociais. Conseqüentemente, atribuía às elites políticas o papel de direcionamento do caminho a ser trilhado pela sociedade. Nesse sentido, essas elites deveriam estar constantemente como que antecipando-se ao movimento de reivindicações e demandas dos diferentes grupos de interesses. (DELGADO; SILVA, 1985, p. 38)

Em outras palavras, apesar de defender a ideia de que as classes políticas deveriam estar atentas às demandas dos vários setores da sociedade, Tancredo Neves acreditava que o poder político deveria estar nas mãos das elites políticas, responsáveis pelo “direcionamento do caminho a ser trilhado pela sociedade”. É nesse sentido que Tancredo defendia que os problemas econômicos e sociais do país deveriam ser resolvidos no campo da política, e não através de radicalismos nas ruas. O próprio Tancredo Neves assim justificou essa sua postura: “Confio muito mais nesse reformismo moderado, nesse reformismo tranquilo e consciente, que pode levar tempo para alcançar as conquistas mas, em as alcançando, são conquistas sedimentadas, estáveis, definitivas” (NEVES apud CARVALHO, 1994, p. 64).

O político são-joanense defendia que a sociedade deveria buscar a solução de seus problemas e o “reformismo” de suas estruturas por meio de um processo “tranquilo e consciente”, sem radicalizações, com as elites políticas direcionando os rumos da sociedade e o povo cooperando com essas elites, fazendo uso de um comportamento “pacífico”. Só assim, do ponto de vista de Tancredo, o país alcançaria um pleno

desenvolvimento econômico e social fundado em bases sólidas, por meio da conciliação entre interesses divergentes.

Mas que interesses divergentes estavam em jogo durante o processo de redemocratização do Brasil, processo no qual Tancredo Neves teve grande destaque? Sobre a campanha das *Diretas Já!*, João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais afirmam que

Quase todos os que saíram às ruas bradavam por muito mais do que eleições diretas para presidente: desejavam um outro modelo econômico e social, que supunha um Estado verdadeiramente democratizado. O fracasso das Diretas Já, seguido da continuação da abertura lenta, gradual e segura, garantiu a manutenção da rota e, ao mesmo tempo, criou a ilusão de que os problemas se deviam exclusivamente à ditadura militar. A estratégia dos ricos e poderosos, que Carlos Estevão Martins chamou de ‘mudar o regime para conservar o poder’, acabaria desembocando no neoliberalismo. (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 651)

Podemos inferir, a partir dessa análise, que no processo de redemocratização do país havia dois projetos políticos distintos. Os detentores do poder econômico e político defendiam apenas uma mudança no regime político, com a volta da democracia, das eleições diretas e da liberdade de expressão, uma vez que pregavam o discurso de que “os problemas se deviam exclusivamente à ditadura militar”. Já os setores mais amplos da sociedade civil, as camadas populares, desejavam não apenas uma mudança no regime político, mas também uma mudança profunda na estrutura social e econômica do país, historicamente fundada na concentração de renda e na desigualdade social.

Tancredo Neves tinha consciência dos problemas sociais do Brasil, contudo, a sua proposta de solucionar esses problemas estava ligada a uma “síntese entre certos fundamentos humanísticos retirados da tradição católica e as idéias liberais” (CARVALHO, 1994, p. 69-70). Posto isso, temos que Tancredo Neves defendia a necessidade de solucionar a desigualdade social no Brasil, com melhorias na condição de vida da população, mas seguindo um caminho ligado ao liberalismo, ou seja, sem romper com os alicerces da sociedade capitalista (Cf. DELGADO; SILVA, 1985, p. 41). A proposta de Tancredo Neves, nesse sentido, era a de manter as bases capitalistas da sociedade brasileira dentro de uma perspectiva liberal. A propriedade privada e o livre mercado eram defendidos pelo político, de modo a consolidar uma democracia liberal que pudesse, a longo prazo, dar fim aos problemas sociais e econômicos.

No que diz respeito ao processo de redemocratização, o caminho adotado pelas elites políticas no intuito de alcançar essa democracia liberal fundada nas bases do capitalismo foi o consenso entre alguns setores militares e membros da oposição moderada (Cf. SKIDMORE, 1988, p. 71). Nesse sentido, houve a concretização da posição política defendida por Tancredo Neves que, como já descrevemos anteriormente, se orientava pela negociação de interesses divergentes em prol de um objetivo comum, objetivo comum esse que, no contexto da transição democrática, era o retorno do país à democracia.

O desejo de democracia não era exclusivo dessas elites políticas, mas também do povo. O próprio cineasta João Batista de Andrade afirma, a respeito das *Diretas Já!*, que o povo queria “[...] levar a cabo o fim do processo de transição, tomar o poder das mãos dos militares” (CAETANO, 2004, p. 328). Como resposta a esse anseio da população, os setores das elites políticas se conciliaram no sentido de fazer com que o Brasil voltasse à democracia, algo que não apenas essas elites queriam, mas que também o povo desejava.

Todavia, “O acordo brasileiro obedeceu à lógica de um pacto entre elites regionais, sustentado por frações militares, e não de um pacto estabelecido entre porta-

vozes de instituições partidárias responsáveis perante suas bases e eleitores” (SOUZA, 1988, p. 568-569). Posto isso, temos que a conciliação foi uma estratégia adotada pelas elites para mudar o regime político e conservar o poder político em suas mãos. Dentro dessa conciliação entre as elites, buscou-se alcançar o que a grande maioria da população desejava: o Estado democrático de direito. Porém, outras demandas da sociedade civil, como a mudança na estrutura econômica e social do Brasil, ficaram em segundo plano. A base capitalista da sociedade brasileira seria mantida não para promover uma maior distribuição de renda na população, mas para manter o poder político e econômico concentrado nas mãos de uma minoria.

Dentro desse contexto histórico complexo, Tancredo Neves acabou personificando a imagem da conciliação, em decorrência de sua habilidade política em negociar com membros do governo militar. Seguindo a antiga tradição da “política de conciliação”, o político passou a ser visto como o grande “conciliador”, aquele que chamou toda a população à *conciliação nacional* em nome da democracia, o homem que evitou que houvesse uma transição radical e violenta para o regime democrático.

De posse dessas informações, podemos nos perguntar quando assistimos ao filme **Céu Aberto**: como o filme dialoga com o tema da *conciliação nacional*? Ora, podemos ver ao longo do filme várias falas que exaltam a figura de Tancredo Neves, construindo um discurso que representa Tancredo como um sujeito histórico de atuação exemplar dentro da História recente do Brasil. O político mineiro é tido nessas falas como o grande conciliador no processo de redemocratização em andamento no país, sendo visto como o político responsável pelo movimento de conciliação nacional que evitou que o Brasil entrasse em uma guerra civil, além de ser, segundo algumas falas de populares, o único homem capaz de liderar o processo de mudança da estrutura social e econômica da sociedade brasileira.

Esses depoimentos são bastante homogêneos. A partir deles, tem-se a impressão de que o povo seguiu obedientemente o chamado de Tancredo à *conciliação nacional*. No intuito de evitar radicalismos, o discurso conciliador de Tancredo Neves orientou-se no sentido de apaziguar as elites, combatendo as divergências entre os membros dos grupos dominantes, bem como apaziguar o próprio povo. Essa tentativa de “apaziguar” pode ser vista sob o prisma da “mitologia verde-amarela”, mitologia que, a partir da definição de Marilena Chauí (1986), é profundamente compatível com a “política de conciliação”. Nesse “verde-amarelismo” o ato de conciliar é visto como algo pertencente ao nosso “caráter nacional”.

Segundo essa “mitologia verde-amarela”, nós, como bons brasileiros que somos, devemos evitar qualquer tipo de conflitos, o ideal é optar por saídas pacíficas que respeitem a ordem instituída. A “política de conciliação” passa a ser vista como uma prática bem brasileira, uma prática que nosso país sempre usa para sair de períodos politicamente conturbados. E apesar de a conciliação muitas vezes ser feita apenas entre os membros das elites, faz-se necessário conciliar também o povo, apaziguá-lo, com o intuito de manter o poder político concentrado nas mãos de poucos.

Na transição democrática, um bom exemplo de tentativa de conciliação/apaziguamento pode ser visto a partir da Lei de Anistia (BRASIL, 1979) que beneficiou todos aqueles que cometeram “crimes políticos” e “conexos” durante o período que se estendeu de setembro de 1961 a agosto de 1979. Ao refletir sobre questão da anistia no Brasil, o historiador Renato Lemos (2002) afirma que tal lei procurou deixar os crimes políticos praticados tanto pelos opositores quanto pelos agentes da repressão fora da memória. Anistiar torturados e torturadores, nesse sentido, aparece como uma tentativa de procurar uma harmonia social e evitar a radicalização política. Ainda de acordo com Renato Lemos, a referida lei foi fruto de um processo de

negociações políticas entre membros do governo e da oposição que se conciliaram, no intuito de realizar reformas que não mexessem nos alicerces da “dominação política” (Cf. LEMOS, 2002, p. 293).

Em **Céu Aberto**, os depoimentos que exaltam a figura de Tancredo, bem como as imagens das multidões carregando bandeiras do Brasil e do andarilho com uma dessas bandeiras às costas, são momentos do filme em que o patriotismo, o “verde-amarelismo” aparece de forma muito intensa. Nesses momentos do documentário, o povo parece perfeitamente apaziguado, unido em nome de Tancredo Neves e do Brasil. Teria João Batista de Andrade se deixado levar pelo “verde-amarelismo” e pela onda da *conciliação nacional* fortemente presentes na mídia naquele momento?

Ora, analisando o filme de maneira bastante cuidadosa é possível perceber que a obra não trilha o caminho do esquecimento dos crimes cometidos pela ditadura e das lutas que se deram durante a transição política. De fato, o filme problematiza a imagem positiva de Tancredo Neves ao trazer os depoimentos do cartunista Chico Caruso, dos políticos Eduardo Suplicy e Flávio Marcílio, bem como as falas dos jornalistas Etevaldo Dias, Roberto Lopes e Ricardo Noblat. As falas desses atores sociais problematizam a figura de Tancredo, afirmando que o seu caráter conciliador não era representativo de uma personalidade defensora da paz e da harmonia.

O Tancredo Neves dessas falas não é o santo salvador e pacificador, mas um homem dotado de um grande talento para o exercício da política, um sujeito que estava inserido nos conflitos em andamento quando da redemocratização do Brasil. As falas dos jornalistas Dias, Lopes e Noblat são importantíssimas, dentro dessa perspectiva de problematização, uma vez que afirmam que o político mineiro chegou a articular um plano de resistência armada em caso de um golpe militar contra ele. No que diz respeito à *conciliação nacional*, para além desses depoimentos que problematizam a imagem do político são-joanense e permitem vislumbrar que havia disputas em andamento dentro daquele contexto histórico, há outras duas sequências do filme que mostram que não houve uma completa *conciliação nacional*.

A primeira delas é a entrevista que o documentarista faz com o General Newton Cruz. Para um cineasta ligado à esquerda e que sofreu com a perseguição e a censura impostas pela ditadura militar, a oportunidade de entrevistar um dos militares mais emblemáticos do regime que estava chegando ao fim pareceu bastante interessante. O militar, que antes era arrogante e violento, é mostrado nesse momento do filme como um mero avô, em uma imagem que personifica a ditadura que caía, agora reduzida a nada, sem poder algum. Outro elemento de destaque dessa sequência é a exibição de fotos dos presidentes militares, fotos que aparecem na tela enquanto ouvimos o General afirmar que “Não houve militares na política”.

Neste momento do filme, Batista de Andrade mostra que não está disposto a *anistiar* o General, que representa o governo ditatorial. Como bem disse Clóvis Rossi, “[...] a anistia, se remete os crimes para o esquecimento, não tem o dom de apagar o passado” (ROSSI apud LEMOS, 2002, p. 305), ou seja, se a Lei nº 6683 procurou consolidar o esquecimento de todas as atrocidades cometidas pela repressão, não há como apagar essas mesmas atrocidades da memória daqueles que sofreram com elas, ou que perderam parentes e amigos em decorrência delas.

Uma segunda sequência que possibilita a problematização da ideia de *conciliação nacional* é a sequência do velório de Tancredo Neves em Belo Horizonte. A sequência é composta por cenas de uma multidão comovida nas ruas; a população se concentra em frente ao Palácio da Liberdade, onde o corpo de Tancredo está sendo velado; Dona Risoleta Neves, mulher do político morto, faz um discurso para a multidão. De repente, começa um tumulto em frente ao Palácio, a população quer entrar

a qualquer custo. A confusão se generaliza, pessoas se empurram nas grades, muitos são prensados, outros tantos desmaiam, alguns conseguem pular os portões, policiais procuram reanimar os desmaiados. O destaque dessa sequência é a montagem alternada que João Batista de Andrade faz: ora a câmera filma o povo de cima para baixo, ora a câmera filma os membros da elite, que assistiam a tudo, da sacada do Palácio, de baixo para cima. A intenção do diretor, ao fazer uso dessa montagem alternada, é exatamente a de mostrar o distanciamento entre as elites e o povo. Não há união entre povo e elites. Se ambos querem o retorno da democracia, as demandas populares vão muito mais além, exigindo também o fim das mazelas sociais. Os projetos políticos das elites e do povo são diferentes, a *conciliação nacional* não existe de fato, os embates continuarão existindo exatamente porque a elite não quer se *conciliar* com o povo, atendendo a todas as suas demandas.

Ao ver essa sequência de **Céu Aberto** não há como não lembrar as palavras de José Honório Rodrigues que, apesar de escritas vinte anos antes dos acontecimentos filmados por Batista de Andrade, funcionam como uma descrição perfeita da sequência do Palácio da Liberdade:

As coisas antigas se passaram, e nunca nada se tornou nôvo, porque a liderança nunca se reconciliou com o povo. Nunca viu nêle uma criatura de Deus, nunca o reconheceu, pois gostaria que êle fosse o que não é. Nunca viu suas virtudes nem admirou seus serviços ao país, chamou-o de tudo – Jeca Tatu –, negou seus direitos, arrasou sua vida e logo que o viu crescer e êle lhe negou, pouco a pouco, sua aprovação, conspirou para colocá-lo de nôvo na periferia, no lugar que continua achando que lhe pertence. (RODRIGUES, 1965, p. 14-15)

Problematizando a figura de Tancredo Neves e o discurso conciliação nacional, **Céu Aberto** propõe uma reflexão a respeito da recente História do Brasil. Temos no documentário a tentativa de problematizar essa História, mostrar os embates políticos inerentes a ela, recusar qualquer visão que simplifique a realidade social. Feito no calor da hora, o filme está intimamente ligado ao seu contexto histórico de produção, é uma obra que nos possibilita pensar alguns temas que dizem respeito à Cultura Política do nosso país.

E aqui faz-se necessário esclarecer o leitor a respeito do que estamos chamando de “Cultura Política”. Em primeiro lugar, trata-se de um conceito que não possui apenas uma definição, uma vez que a Ciência Política e a História, enquanto ciências humanas, já produziram intensos debates a respeito dele. Contudo, no que diz respeito ao presente trabalho, partiremos da definição dada por Soihet, Bicalho e Gouvêa (2005), segundo a qual, a “Cultura Política” está ligada à visão de mundo de uma dada sociedade, bem como ao comportamento político dos indivíduos de um determinado grupo social. Essa visão de mundo e esse comportamento político estão relacionados a uma determinada memória do passado e a um projeto de futuro que são compartilhados pelos membros de uma sociedade. Aqui é necessário um alerta: uma visão de mundo, um comportamento político, uma memória do passado e um projeto de futuro nunca são compartilhados por *todos* os membros de uma sociedade; esses aspectos da cultura política podem ser hegemônicos dentro de um corpo social, mas nunca são compartilhados por *todos* os indivíduos.

Como disse Ângela de Castro Gomes (2005), a cultura política de uma dada sociedade não surge pronta e acabada, mas é construída e transformada ao longo do tempo. Nesse processo, há uma multiplicidade de culturas políticas dentro do corpo social, culturas políticas essas que se chocam e se enfrentam. Se o processo histórico é capaz de produzir, em certos momentos, uma “cultura política dominante”, tal fato não deve apagar a existência de outras culturas políticas que existiram e existem dentro

desse campo de embates que é a História. Se há uma visão de mundo, um comportamento político, uma memória do passado e um projeto de futuro que são compartilhados pela grande maioria da sociedade; é preciso estar atento em relação à existência de outras visões de mundo, de outros comportamentos políticos, de outras memórias do passado e de outros projetos de futuro, muitas vezes ocultados pelos discursos e práticas da chamada “cultura política dominante”.

No que diz respeito ao contexto histórico de **Céu Aberto**, temos que se tratou de um momento bastante complexo. O próprio João Batista de Andrade assinalou, a esse respeito, que se tratou de “um momento épico curioso, único, carregado de contradições” (CAETANO, 2004, p. 329). Com a abertura política, a campanha pelas *Diretas Já!* e a eleição de Tancredo Neves, o país vivia uma espécie de encruzilhada histórica. O fim da ditadura levou a um “balanço” do que foram os mais de vinte anos de governos militares, bem como à discussão entre projetos políticos em torno do que deveria ser a chamada Nova República.

A memória do passado recente, o comportamento político da população durante a intensa mobilização popular em torno da campanha pelas eleições diretas e em torno da figura de Tancredo Neves, além dos projetos de futuro em jogo, foram elementos daquele contexto histórico que mostraram aspectos de nossa cultura política, aspectos esses registrados pela câmera de João Batista de Andrade.

Um desses aspectos é a “cordialidade” do povo brasileiro, fenômeno que marca nossas relações políticas. A “cordialidade” da qual falamos é aquela que foi explorada por Sérgio Buarque de Holanda na obra **Raízes do Brasil**. Ao refletir sobre o desenvolvimento das sociedades capitalistas, Holanda verifica que, de modo geral, nessas sociedades há uma oposição entre a figura do Estado (geral, impessoal e abstrato) e a figura da Família (particular, pessoal e concreta), havendo uma tendência ao predomínio do Estado. Todavia, ao voltar-se para o desenvolvimento do processo histórico brasileiro, Holanda afirma que o Brasil não conseguiu “apagar” o modelo da Família, as nossas relações sociais e políticas são marcadas por “laços de afeto e de sangue” (HOLANDA, 1978, p. 103), ou seja, pelo personalismo.

Segundo Holanda, no Brasil tudo passa pelo coração, ou seja, pelo sentimento, pela emoção. Ao contrário de outras sociedades, a razão não tem muito espaço nas nossas relações sociais e políticas. Esse primado do sentimento, em detrimento da razão, decorre do nosso processo histórico que, segundo Holanda, contrapôs as relações “racionais” e impessoais, próprias do meio urbano, às relações sentimentais e pessoais, próprias do tradicional meio rural. O “desequilíbrio social” de nossa sociedade, ou seja, a nossa dificuldade em separar o público do privado, é oriundo da nossa impossibilidade de acabar com o patriarcalismo e com o personalismo, presentes em nossa sociedade desde os tempos de colônia. O “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda é, desse modo, o homem brasileiro, incapaz de ser inteiramente formal e ritualístico nas suas relações sociais. O brasileiro é deseioso de um “convívio mais familiar” (Ibid., p. 108) com as pessoas, especialmente com os socialmente superiores, procura sempre estabelecer uma maior intimidade com o outro.

Feitas essas observações a respeito da “cordialidade” do povo brasileiro, elemento esse que está no cerne de nossa dificuldade de separar o público do privado, é preciso agora esclarecer como o filme **Céu Aberto** trabalha a questão. Mostrando diversas cenas da comoção popular em torno da doença e da morte de Tancredo Neves, o documentário de Andrade nos mostra o povo com todo o seu sentimentalismo. Um primeiro exemplo a ser citado é a fala de um jovem que faz vigília em frente ao Hospital das Clínicas. O jovem, de nome Rivaldo, na impossibilidade de separar o público do privado, largou tudo no Rio de Janeiro para acompanhar, de perto, o estado de saúde do

presidente. O rapaz identifica o político são-joanense como uma espécie de “pai” no campo da política, um pai que, de certa forma, substituiu o seu pai biológico. Ao identificar Tancredo como um homem cristão, com valores cristãos, fato que o aproximava da grande maioria da população brasileira, Rivaldo estabelece uma ligação religiosa com o político mineiro. Por ser um “pai” fiel aos valores cristãos, é que a morte de Tancredo representaria uma derrota para todo o Brasil, país fundado no cristianismo e no patriarcalismo. Temos aqui a imagem de Tancredo como uma peça essencial para o país, sem a qual não seria possível a resolução de muitos de nossos problemas.

Outras cenas que nos permitem observar a emotividade e o sentimentalismo do brasileiro também foram filmadas em frente ao Hospital de Clínicas. São as sequências que mostram o grande número de pessoas que estavam ali presentes, com suas orações, pregações, lágrimas e canções religiosas, cada uma de acordo com um credo religioso específico. Independentemente da religião envolvida, a finalidade era a mesma: o pedido por uma intercessão divina que curasse Tancredo Neves. São cenas intensas e fortes, nas quais as pessoas parecem estar em um transe coletivo. A câmera de João Batista de Andrade registra a carência do povo brasileiro, bem como a sua falta de perspectiva. Extremamente apegado afetivamente ao presidente eleito, o povo é mostrado em todo o seu desespero, angústia, sentimentalismo, enfim, em toda a sua “cordialidade”, tal qual definida por Sérgio Buarque de Holanda.

Mas se o povo procura manter com o seu líder uma relação pessoal, íntima e “cordial”, o cineasta vai problematizar essa relação entre o povo e o político. Essa problematização vem por meio do depoimento de Eduardo Suplicy, no qual ele problematiza a figura de Tancredo Neves, salientando a sua habilidade política e não heroizando a sua imagem. A fala de Suplicy problematiza a relação entre o político e o povo ao afirmar que Tancredo não era tão próximo das classes trabalhadoras: o político mineiro, ao longo de sua carreira política, deu mais ouvidos aos empresários e aos governantes, sempre esteve mais próximo das elites do que do povo.

**Céu Aberto**, refletindo sobre nossa Cultura Política, nos instiga a pensar na forma como as camadas populares enxergam o poder político do Estado. Na sequência do andarilho na estrada, indo ao enterro de Tancredo Neves em São João del-Rei, ouvimos de sua voz o desejo de “que esses políticos brasileiros procurem se conscientizar melhor das condições em que está levando o nosso povo”. A fala do andarilho revela a noção, muito comum nas camadas populares, de que o país tem problemas, mas, que esses problemas devem ser resolvidos pela classe política, ou seja, o povo não manifesta o desejo de participar ativamente da política institucionalizada. O próprio João Batista de Andrade, ao comentar a referida cena, afirma que naquele momento histórico houve “[...] a aceitação popular de que a política brasileira deveria ser obra dos políticos, compreendidos assim como a corporação, os que já participavam desse olimpo de muitas necessidades e poucas suficiências” (CAETANO, 2004, p. 334).

Naquele momento de fim da Ditadura, com a retomada do poder político por parte da sociedade civil, com a intensa mobilização popular, as esperanças e a falta de perspectiva em relação ao futuro, se deram as disputas em torno dos projetos políticos de futuro. Enquanto os membros das elites políticas estavam interessados em mudar apenas o regime político, as camadas sociais mais amplas estavam interessadas em mudanças mais significativas na estrutura social e econômica do país. Essa divergência entre os vários interesses em jogo foi amortecida pelo discurso da *conciliação nacional*. Em nome de um “bem comum”, a redemocratização, toda a população brasileira foi chamada à *conciliação*. Dentro desse contexto, a sequência do andarilho mostra as

contradições da cultura política das camadas populares, contradições essas expressas no comportamento desses setores da sociedade brasileira.

O andarilho sabe dos problemas sociais do país, exige reformas e melhorias, mas, revela que são os políticos que devem ser os responsáveis pelo processo de transformação. Esse comportamento do andarilho é representativo da ambiguidade que marca a cultura política popular brasileira, localizada entre o *conformismo* e a *resistência*. Segundo Marilena Chauí, o popular deve ser compreendido como “[...] capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambigüidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolvem sob a dominação” (CHAUÍ, 1986, p. 124). O andarilho, desse ponto de vista, conforma-se em relação ao lugar político que deve ser ocupado por ele próprio dentro da sociedade, mas exige mudanças na estrutura do país.

**Céu Aberto** também mostra outros exemplos de conformismo e resistência por parte dos atores sociais ligados ao povo. Nos depoimentos dos populares tomados por João Batista de Andrade, aparecem falas nas quais as pessoas mostram suas demandas e a necessidade de se acabar com a crise econômica e social pela qual passavam. São falas que revelam uma desconfiança para com as informações oficiais a respeito do estado de saúde de Tancredo Neves. Todavia, o conformismo também se faz presente, especialmente quando um popular diz que sem Tancredo o país não conseguiria resolver seus problemas, em uma clara definição dos papéis a serem desempenhados pela classe política e pelo povo. O povo deve ter o direito de votar, os políticos devem trabalhar em prol da solução de nossos problemas sociais.

As sequências de **Céu Aberto** nas quais vemos multidões com bandeiras do Brasil também mostram o conformismo e a resistência do povo. Nessas imagens, a multidão aparece coesa, com suas bandeiras, em um ato de “patriotismo” e de “união nacional” em defesa da democracia. Por trás dessa massa “homogênea”, aparentemente afinada com o discurso da *conciliação nacional*, conformada em ser simplesmente “povo”, está a luta por mudanças sociais dentro de uma sociedade historicamente marcada pela desigualdade social. As bandeiras, nesse sentido, não são símbolos apenas do “verde-amarelismo”, mas também da luta política (Cf. *Ibid.*, p. 100).

Essa ambiguidade da cultura política popular foi parte de um contexto histórico marcado por contradições e embates. Vivenciando aquele momento, o cineasta João Batista de Andrade fez de **Céu Aberto** um documentário que mostra toda a complexidade e as lutas existentes naquela conjuntura.

Se voltarmos à cena do andarilho, filmado a caminho da cidade de São João del-Rei, podemos ver que há ali uma bela representação da ambiguidade que marcou aquele contexto histórico. O andarilho caminha carregando consigo uma bandeira do Brasil, num ato de civismo e patriotismo. Em um dado momento, ele afirma que Tancredo deixou um “caminho aberto” para que os brasileiros pudessem lutar por seus ideais. Filmado de costas, carregando a bandeira do Brasil, o andarilho representa o próprio país que via, naquele momento, um caminho aberto, caminho no qual havia uma infinidade de possibilidades: o destino da caminhada poderia ser ou um lugar seguro ou um ambiente marcado pelo sofrimento e pelas mazelas sociais. Temos aqui tanto a esperança quanto a falta de perspectiva em relação ao futuro do país, uma ambígua mistura de sentimentos.

Em suma, temos que a proposta do cineasta com o documentário **Céu Aberto** é fazer uma reflexão a respeito de quanto a política brasileira é problemática e complexa. O povo brasileiro não consegue separar o público do privado, o discurso da conciliação procura cumprir o seu objetivo de apagar e evitar conflitos, conflitos esses oriundos dos projetos políticos antagônicos existentes em nossa sociedade por parte dos diversos

sujeitos históricos. Dentro desse campo de lutas, o comportamento do povo é sempre complexo, ora se conformando ora resistindo à exploração econômica levada a cabo por parte das elites.

Sobre esse documentário de João Batista de Andrade, o historiador Alcides Freire Ramos afirmou, com razão, que

[...] esse filme possui enorme significação histórica, sobretudo pelo fato de trazer uma perspectiva crítica em relação ao curso dos acontecimentos naquela conjuntura, isto é, ele antevê o processo por meio do qual, de fato, mudou-se o regime para que o poder fosse conservado nas mãos dos mesmos setores econômicos e sociais. (RAMOS, 2008, p. 20)

Posto isso, temos que o referido filme de João Batista de Andrade é um documento histórico importantíssimo para se entender a recente História do Brasil. De fato, **Céu Aberto** nos permite pensar as complexidades existentes no processo da redemocratização brasileira, fazendo-nos refletir sobre como os diversos integrantes da sociedade civil enxergaram, sentiram e interpretaram aquele momento histórico. O documentário, desse modo, nos auxilia bastante no entendimento das relações entre “cultura política” e sociedade civil no bojo da transição política que trouxe de volta a democracia ao nosso país, democracia essa que foi implantada dentro dos marcos do neoliberalismo, no contexto da mundialização. O referido documentário deverá interessar aos historiadores desse processo histórico, especialmente, por conta de sua “perspectiva crítica”. A câmera de João Batista de Andrade registra imagens que nos permitem refletir de maneira crítica a respeito de nossa História e de nossos problemas sociais, políticos e econômicos, construindo uma instigante representação da redemocratização brasileira na tela do cinema.

### Referências:

**BRASIL.** Lei nº 6683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1979/6683.htm>>. Acesso em: 27 maio 2012.

CAETANO, Maria do Rosário. **Alguma Solidão e Muitas Histórias:** a trajetória de um cineasta brasileiro, ou, João Batista de Andrade: um cineasta em busca da urgência e da reflexão. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. 429 p. (Coleção Aplauso Cinema Brasil).

CARVALHO, José Maurício de. **As Idéias Filosóficas e Políticas de Tancredo Neves.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1994. 198p. (Coleção Reconquista do Brasil, 176).

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência:** aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986. 180p.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; SILVA, Vera Alice Cardoso. **Tancredo Neves:** a trajetória de um liberal. 2. ed. Prefácio por José Henrique Santos. Petrópolis / Belo Horizonte: Vozes / UFMG, 1985. 298p.

DIAS, Rodrigo Francisco  
João Batista de Andrade: a trajetória de um cineasta brasileiro ao longo da história recente do Brasil. In: **História e-História**, Campinas, Seção Dos Alunos, não paginado,

3 mar. 2011. ISSN: 1807-1783. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=358>>. Acesso em: 27 maio 2012.

GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord. da coleção); SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 489-558. v. 4.

\_\_\_\_\_. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (Orgs.). **Culturas Políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 21-44.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. 154p.

LEMOES, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi**: Revista de História, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 287-313, jul./dez. 2002. Disponível em: <[http://www.revistatopoi.org /numeros\\_anteriores/topoi05/topoi5a12.pdf](http://www.revistatopoi.org /numeros_anteriores/topoi05/topoi5a12.pdf)>. Acesso em: 27 maio 2012.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord. geral da coleção); SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 559-658. v. 4.

RAMOS, Alcides Freire. História e Cinema: Reflexões em Torno da Trajetória do Cineasta João Batista de Andrade durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). **Fênix** – Revista de História e Estudos Culturais, Uberlândia, v. 5, ano 5, n. 1, f. 1-20, jan./fev./mar. 2008. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br>>. Acesso em: 27 maio 2012.

RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e Reforma no Brasil**: um desafio histórico-cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. 246p.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred. (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 27-81.

SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Culturas Políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 7-18.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles. In: STEPAN, Alfred. (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 563-627.